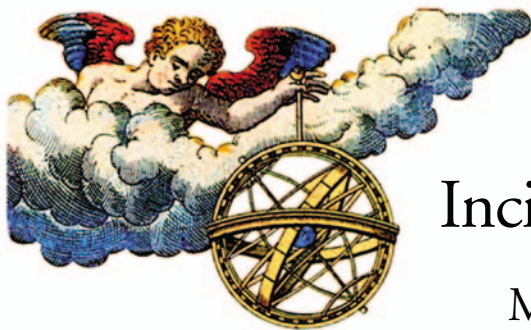
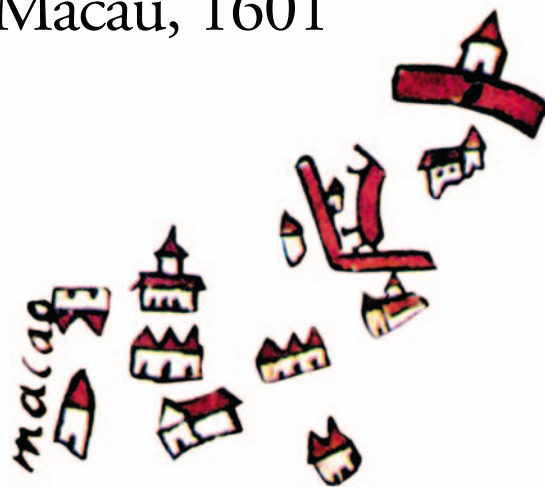




Incidente em Macau, 1601

Martinus Apius



Pouco ou nada se sabe sobre a vida de Martinus Apius, nome latinizado pelo qual o holandês Marte Ape / Maarten

Map ficou conhecido. Em Junho 1600 partiu para

as Índias Orientais a bordo de um dos seis navios fretados pela *Oude Compagnie* – a Companhia Velha, a primeira companhia holandesa de navegação para as Índias, fundada em 1594 por mercadores de Amsterdão. A frota era comandada pelo almirante Jacob van Neck que, em 1598, chefiara a bem sucedida segunda navegação dos holandeses ao Oriente, a Bantam, a Banda e a Ternate. Apius seguia como feitor num dos navios que Van Neck levou direito às Molucas. Depois de confrontos com os portugueses, rumou a Patane, sendo porém obrigado a desviar a rota para a China. A 20 de Setembro de 1601 avistavam terra. Ajudados por pescadores chineses, conseguiram encontrar a entrada do rio das Pérolas e a 27 de Setembro chegavam ao largo de Macau. Martinus Apius foi um dos tripulantes de um batel enviado à terra. Logo à chegada, foram todos capturados. Um dia depois, outro batel foi despachado a fim de procurar um bom ancoradouro para os navios. Também os tripulantes deste batel foram interceptados. Tentativas diplomáticas de libertar os prisioneiros falharam e Van Neck escreveu no diário de bordo que o uso da força era inútil. Em inícios de Outubro fez-se à vela, sem esperar mais pelo regresso dos prisioneiros. A primeira expedição holandesa à China tinha redundado num completo fracasso, tendo Van Neck então considerado que a culpa era dos chineses, que tinham cativado os seus homens sem qualquer aviso. Só em Abril de 1602 os holandeses sabiam a verdade, quando o almirante Jacob van Heemskerck capturou uma fragata portuguesa na costa de Java. Entre os papéis do capitão foram encontradas cartas que descreviam a execução de 17 marinheiros holandeses pelos portugueses em Macau, a fim de evitarem a sua entrega às

autoridades chinesas. Os quatro sobreviventes foram deportados para Goa e destes somente Martinus Apius voltaria alguns anos depois à pátria, onde teve de comparecer perante um conselho da recém-formada VOC para se justificar e relatar o que tinha acontecido. O auto do seu depoimento é um texto valioso sobre um episódio fulcral na história da expansão holandesa na Ásia. A notícia da morte brutal dos 17 marinheiros provocou na Holanda uma reviravolta na opinião pública e na política do Estado para uma posição acentuadamente anti-portuguesa. A partir de 1604, a presença holandesa na Ásia mudou de carácter: os mercadores passavam a ter protecção militar e os mercados eram abertas à força. Uma fonte chinesa coetânea, a *Yuejianpian* (Crónica das Espadas de Cantão) de Wang Lingheng (1601), confirma basicamente o testemunho de Apius: “Na nona lua do ano de 1601 dois navios de bárbaros chegaram a Macau. Nem os intérpretes sabiam dizer de que país eram. São chamados diabos ruivos. Têm pelo ruivo, olhos redondos e uma altura de cerca de dez pés. Os seus navios são deveras colossais e por fora cobertos de chapas de cobre. Têm uma profundidade de 20 pés. Os bárbaros de Macau [portugueses] receavam deles uma possível competição nos negócios. À força de armas afastaram os navios para o Grande Oceano, onde depois foram levados por um tufão. Desconhece-se qual o seu destino posterior”. O depoimento de Apius serviu pouco depois de inspiração para o célebre tratado *De iure praedae* (Do direito à presa), escrito em 1604 pelo jurisconsulto holandês Hugo Grotius.

Fonte utilizada: P. A. Tiele, ‘Documenten voor de geschiedenis der Nederlanders in het Oosten’, in *Bijdragen en mededelingen van het Historisch Genootschap te Utrecht*. Vol. 6 (1883), pp. 228-242. O texto foi traduzido do neerlandês por Arie Pos, que normalizou, na medida do possível, as repetidas e aleatórias mudanças de perspectiva do narrador (eu, ele, nós). O extracto da crónica chinesa que figura na introdução foi traduzido por Jin Guo Ping.

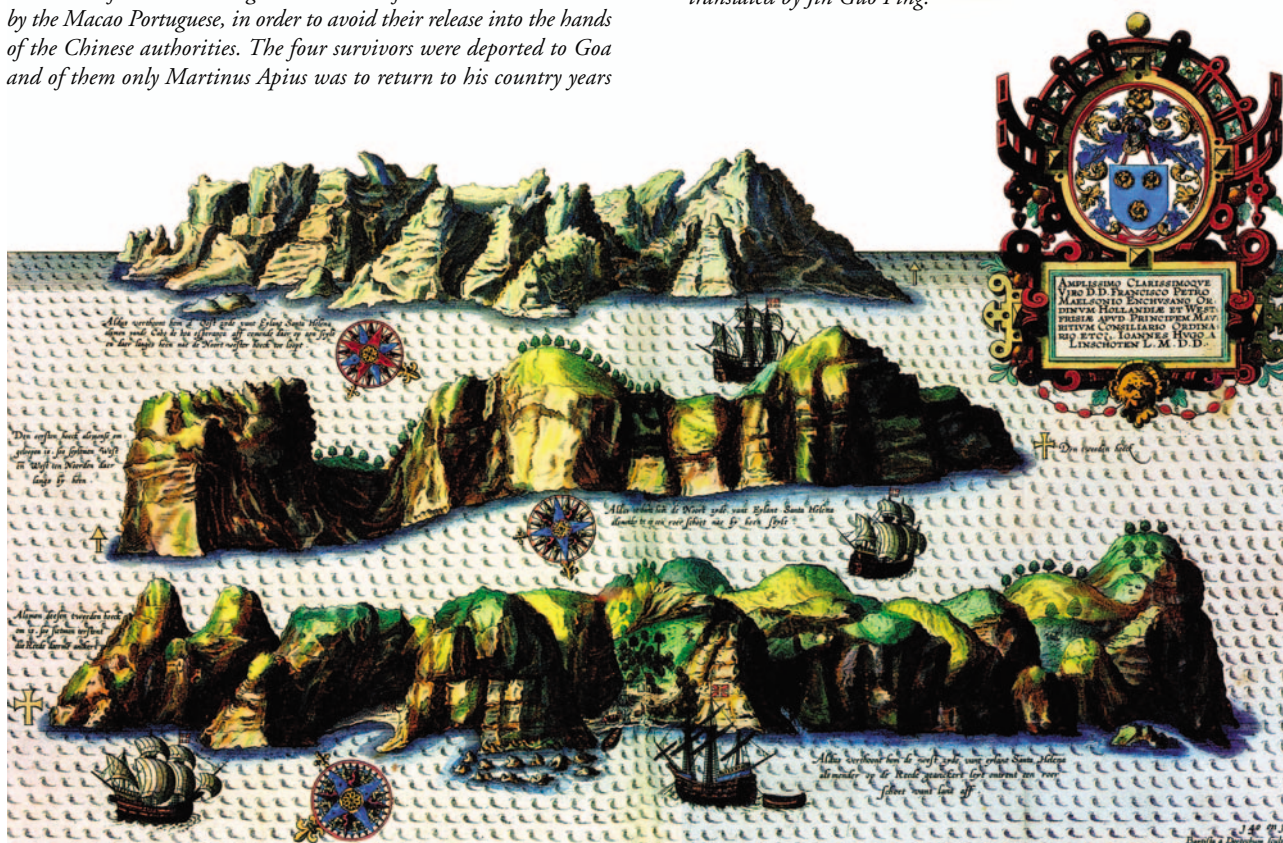
ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA II

Little or nothing is known of the life of Martinus Apius, the Latinized name by which the Dutchman Marte Ape / Maarten Aap became known. In

June 1600 he left for the East Indies on board one of the six ships commissioned by the Oude Compagnie – the Old Company, and the first Dutch venture to sail to the Indies founded in 1594 by Amsterdam merchants. The fleet was under the command of Admiral Jacob van Neck, who had led the successful second Dutch voyage of 1598 to the East, including Bantam, Banda and Ternate. Apius went as manager on one of the ships taken by Van Neck straight to the Moluccas islands. After fights with the Portuguese, he sailed to Patane although he was forced to make a detour to China. On September 20, 1601, they sighted land. Assisted by Chinese fishermen, they managed to find the entrance into the Pearl River and, on September 27, they were outside Macao. Martinus Apius was one of the crew on a skiff sent to land. One day later, another boat was sent, to search for good anchoring grounds. The crew of this boat was also intercepted. Diplomatic attempts to release the prisoners failed and Van Neck wrote in his log that the use of force was useless. In early October, he sailed without waiting further for the return of the captives. The first Dutch expedition to China had been an utter failure, which Van Neck blamed on the Chinese, who had captured his men without warning. Only in April of 1602 were the Dutch to know the truth, when Admiral Jacob van Heemskerck captured a Portuguese frigate off the Javanese coast. Among the captain's papers letters were found describing the execution of seventeen Dutch sailors by the Macao Portuguese, in order to avoid their release into the hands of the Chinese authorities. The four survivors were deported to Goa and of them only Martinus Apius was to return to his country years

after, where he was taken before a council of the recently established VOC to justify his actions and report on the events. The document of his deposition is a valuable text on a crucial episode in the history of the Dutch expansion in Asia. The news of the brutal death of the seventeen Dutch hands caused an about turn in Holland's public opinion as well as in state policy, which became markedly anti-Portuguese. From 1604, the Dutch presence in Asia changed: the merchants were now granted military protection, and markets were forcibly opened. A Chinese source of those days, the Yuejianpian (Chronicle of Swords of Canton) by Wang Lingheng (1601), basically confirms Apius' testimony: "on the ninth moon of the year 1601, two barbarian ships arrived in Macao. Not even the interpreters could tell from whence they came. They are called redheaded devils. Their hair is red, the eyes are round and they're around ten feet tall. Their ships are truly colossal and covered in copper plates on the outside. They have a draught of twenty feet. The barbarians of Macao [Portuguese] feared likely competition from them in trade. By the force of weapons, they sent the ships to the Great Ocean, where a typhoon took them. Their subsequent fate is not known". Apius' testimony served, soon after, as an inspiration for the famous treatise *De iure praedae* (Of the right to prey) written in 1604 by Dutch lawmaker Hugo Grotius.

Source: P. A. Tiele, 'Documenten voor de geschiedenis der Nederlanders in het Oosten', in *Bijdragen en mededelingen van het Historisch Genootschap te Utrecht*. Vol. 6 (1883), pp. 228-242. The text was translated from the Dutch by Arie Pos, who normalised as far as possible the repeated and random changes of perspective (me, him, us). The quote of the Chinese chronicle in the introduction was translated by Jin Guo Ping.



EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA II

DECLARAÇÃO DE MARTINUS APIUS SOBRE O QUE ACONTECEU A ELE E AOS SEUS CO-CATIVOS DA FROTA DE JACOB VAN NECK, EM 1601, EM MACAU

Eu, Martinus Apius, declarei e afirmei a pedido dos meus Amos, os Dirigentes da Companhia das Índias Orientais, em Amesterdão, que os mesmos Senhores Dirigentes, no ano de 1600, no mês de Junho, despacharam uma frota de seis navios sob o comando de Jacob van Neck, Almirante, dos quais três, tendo dobrado o Cabo da Boa Esperança no mês de Dezembro, chegámos em Março do ano seguinte de 1601 a Bantam. Deixando aí um dos navios, seguimos com os outros dois derrota para as ilhas de Maluco, chegando sem qualquer dano a Ternate no início do mês de Junho. Não tendo encontrado aí carga para os navios, o almirante resolveu partir para Patane, mas devido a falta de vento vimo-nos obrigados a mudar de rumo, procurando o reino da China, onde no mês de Setembro chegámos perto da terra durante uma tempestade muito perigosa.

No dia seguinte, procurando qualquer bom porto ou barra conveniente para os navios, amainámos a cerca de uma milha de Macau, mas sem o sabermos. E porque, para admiração de todos, não veio nenhum dos habitantes a bordo, o almirante achou por bem mandar [alguém] a terra para saber que lugar seria e dar conta da sua chegada aos habitantes e igualmente tomar alguns mantimentos frescos, de que urgentemente precisávamos. Para o efeito fomos escolhidos pelo almirante: eu, Martinus Apius, e mais dez outros, os quais saímos de bordo num batel.

Chegando perto da terra, foi-nos mostrada pelos habitantes uma bandeira de paz, pelo que, fiando-nos nela, desembarcámos. Aí veio ao nosso encontro Dom Paulo [de Portugal], governador dos portugueses no local, com muita gente armada que tinha estado escondida num convento situado perto da praia. Perguntou-nos que gente éramos e por que razão tínhamos ali chegado, ao que eu, Apius, respondi que éramos holandeses e mercadores, e que no que dizia respeito ao que queríamos

tinha ordens do meu almirante para não o comunicar a ninguém senão ao governador, pelo que rogava que isto não me fosse negado.

Não obtive resposta na altura mas, tomando-me pela mão, o governador levou-me ao referido convento, com a gente armada indo à frente e atrás, e chegado aí disse-me que se quisesse falar com o governador que o fizesse com ele, já que ele e mais ninguém era o governador do local. E com isto foi-se embora daí apressadamente, deixando-me à guarda de alguns soldados. E tendo passado assim hora e meia sentado

no convento sem fazer nada, apareceram dois mandarins e o referido Dom Paulo, acompanhados por muitos portugueses, os quais, através de um intérprete chinês que traziam e que falava bem o português, queriam saber de mim de que país éramos, que povo éramos e o que tencionávamos ali vir fazer. Respondi que éramos holandeses e

mercadores, enviados por mercadores, como claramente mostravam os nossos navios que estavam bem carregados de mercadorias preciosas. E que além disso trazíamos uma patente do nosso príncipe para o rei da China, rogando por isso muito submissamente que fosse do seu agrado mandar um dos seus aos mesmos navios, e que estaria disposto a dar-me em garantia e a submeter-me à lei e à obediência do rei da China e seus governadores, e que, caso encontrassem as coisas ao contrário do que foi dito, podiam agir comigo em conformidade com o que merecia.

Mal tinha acabado de falar quando os portugueses em redor desataram aos gritos e aos apupos. Alguns deles acusaram-me com mentiras pouco cordiais, outros propuseram que não se confiasse nas minhas palavras já que não trazia patente e mais coisas semelhantes sem nexo. Devido à grande gritaria, era difícil entender o que se passava, sendo impossível dar-lhes resposta, também por os portugueses tentarem evitar por todos os meios que o intérprete transmitisse as minhas razões aos mandarins.

No meio deste alarido e tumulto, Dom Paulo pegou os dois mandarins cordialmente pela mão e levou-os para uma sala não longe dali, dizendo que os informaria ampla e cabalmente sobre mim. Mal tinham passado e virado as costas quando fui agarrado violentamente por um soldado, que já tinha conhecimento do artil dos portugueses, e fui arrastado para uma escada, mandando-me este [soldado] com



“Representação fiel do aspecto da ilha de Santa Helena do lado de leste, norte e oeste, situada na altura de 16 graus da banda sul da linha equacional”. In Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (eds.), Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas* (Lisboa: CNCDP, 1977).

ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA II

cara feroz que a subisse, o que, vendo-me dominado por eles, fiz sem qualquer oposição para evitar mais dificuldades. E tendo-me levado a um determinado lugar, mantiveram-me aí até às onze horas da noite, sem eu saber quais os desígnios de Dom Paulo e da sua comitiva para com os mandarins, nem qual a recomendação que ele fez a estes da nossa nação. Suponho, porém, que não tenha sido coisa boa, pelo facto de os mandarins depois não nos terem contactado nem por bem nem por mal. Mas custa a acreditar, a não ser que Dom Paulo tenha corrompido os mandarins com a promessa de grandes dádivas e assim mudado os intentos deles, que os portugueses me tivessem tido durante tanto tempo em seu poder contra a vontade e desejo deles [mandarins], como mais tarde percebi muito bem de vários deles.

Por volta das onze horas da noite fui tirado do convento por alguns portugueses bem armados e transferido para uma prisão pública, onde o ouvidor ouviu a minha confissão. Depois de me terem metido as pernas num ferro de 45 [libras], não fechado à chave mas sim [rebitado], fui baixado por uma corda para dentro de um buraco muito fundo e sujo, onde encontrei os grumetes que tinha deixado no batel. Entre eles havia alguns que tinham sido submetidos à roda, pelo que estavam num estado lastimoso, o que me entristeceu e afligiu muito, temendo que pelas dores pudessem ter revelado qualquer coisa que pudesse causar-nos problemas. Ao sair do batel tinha-os admoestado firmemente para, caso houvesse qualquer exame apertado, se livrassem de referir fosse o que fosse sobre a batalha que tinha havido com os portugueses frente a Tidore, como sendo o único facto que pudesse provocar agravos.

Mas debaixo das torturas tinham calado o facto corajosamente, de modo que, quando lhes perguntei se se tinham lembrado da minha admoestação, disseram todos a uma voz que não tinham feito qualquer menção disso nas suas confissões, o que aliviou muito a minha grande tristeza e preocupação, fazendo-me crer que nos iríamos sair bem [desta história].

O almirante, notando a nossa grande e inesperada demora, temendo que nos pudesse ter acontecido qualquer coisa de grave, mandou dois dias mais tarde o grande batel com nove homens sondar as águas com a intenção de aproximar-se mais da cidade, a fim de se inteirar melhor de toda a situação. Estando o batel porém mal aviado de velame para o vento que soprava

foi pouco depois interceptado pelos portugueses e tomado à força, sendo toda a gente, que se tinha refugiado debaixo da coberta da proa, feita prisioneira e levada a Macau, onde fizeram as suas confissões sob torturas pesadas. Foram metidos na nossa prisão e pelo facto de o piloto, debaixo de graves ameaças e temendo mais dores durante o seu interrogatório, ter revelado a batalha frente a Tidore, fui no dia seguinte levado num palanquim coberto para a casa do ouvidor. Com palavras muito duras admoestou-me por ter adulterado a minha confissão e ocultado a verdade, acusando-me por isso de perjúrio. Escusei-me dizendo que isto não tinha sido o caso e que tal nunca podia ser concluído da minha confissão, uma vez que perante tudo o que me fora perguntado declarara a verdade segundo os meus melhores conhecimentos. Perante isto, o ouvidor perguntou-me em que local o meu capitão tinha perdido os três dedos do meio da mão direita e se tinha confessado isto no meu interrogatório, ao que respondi que já que não mo tinham perguntado, haviam de me escusar por ter calado o facto, e que por esta razão não podiam dizer de mim que tinha adulterado a minha confissão. Não contente com isto, o ouvidor mandou-me por duas vezes içar com um grande peso de ferro em volta dos pés, pensando assim ficar a saber mais de mim. Mas uma vez que não quis confessar mais, e porque o ouvidor além disso reparou no meu estado debilitado, que era tamanho que na altura nem era capaz de assinar a minha confissão, mandou-me baixar e levar de volta à prisão.

O governador de Cantão, sendo informado por alguns chineses que navios estrangeiros haviam chegado frente a Macau e que tinham mandado alguns membros da tripulação a terra, e que os mesmos tinham sido detidos pelos portugueses, enviou um capado [eunuco], com grande prestígio entre os chineses, como embaixador a Macau, acompanhado de muita gente, para se informar a fundo sobre tudo. À chegada, requereu logo dos portugueses que lhe fosse entregue a gente estrangeira que mantinham aprisionada, dizendo ser isto a ordem do governador de Cantão. Não ousaram recusar-lho, temendo ser-lhes interdito pelo governador irem à feira de Cantão que na altura estava iminente. E para evitar mais problemas de outra ordem que pudessem daí resultar, mandaram-lhe seis dos prisioneiros sem qualquer experiência na língua portuguesa.

O embaixador, que já sabia que tinha chegado à terra mais gente, ordenou que lhe fossem apresentados

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA II

também os outros, ao que os portugueses responderam que confessavam que na verdade tinha havido mais, mas que todos tinham morrido há alguns dias, vítimas de câmaras de sangue. Os seis homens, ajoelhados à frente do embaixador, foram perguntados em português pelo seu intérprete de que terra eram, o que tencionavam aí fazer e mais outras coisas, mas nada perceberam, nem foram capazes de responder, devido ao desconhecimento da língua e ao pavor que lhes gelava o coração. Era isto que os portugueses queriam e por esta razão tinham com manha premeditada escolhido entre todos os prisioneiros aqueles que sabiam não dominarem a língua.

O embaixador, muito surpreendido e pensando que não falavam por medo dos portugueses, dos quais alguns estavam presentes, mandou dizer-lhes de novo que deviam falar abertamente e que se os portugueses os acusavam de serem piratas e ladrões que falassem em sua

defesa sem qualquer medo, pois nenhum mal lhes aconteceria. Ao que, tal como anteriormente, responderam com silêncio. Os portugueses presentes, vendo que as suas práticas enganadoras e falsas corriam tão bem, e como o silêncio da nossa gente lhes era conveniente, abstiveram-se na altura de alegar o que quer que fosse para rebaixar ou prejudicar a nossa nação. Uma vez que o embaixador não conseguia obter qualquer informação dos ditos, passou a escrito tudo o que se passara e, tendo a nossa gente sido levada de volta à prisão pelos portugueses, partiu no dia seguinte para Cantão, a fim de apresentar o seu relatório ao governador.

Os portugueses que se encontravam em Cantão como deputados dos mercadores de Macau, recebendo notícia de que o governador não estava satisfeito com esta má e enganadora informação e que desejava que os prisioneiros fossem levados a Cantão sem mais rodeios, despacharam imediatamente um homem para

Pormenor da “Carta de Macau e do delta de Cantão”. Anónimo Português, inserta nas “Advertências a el-rei D. João IV por Jorge Pinto de Azevedo, morador na China”, c. 1646.



ENCONTROS E DESENCONTROS EUROPEUS NO MAR DO SUL DA CHINA II

Macau a fim de informarem e avisarem os mercadores do que estava iminente, para que tomassem cuidado e impedissem por todos os meios que os holandeses fossem levados para lá, pois tal seria altamente prejudicial e danoso para os seus negócios.

Os de Macau, tendo recebido a notícia com consternação, uma vez que não era de todo o que esperavam deste lado [das autoridades chinesas de Cantão], não encontraram outro conselho e meio para impedir e evitá-lo do que tirar a vida aos prisioneiros quanto antes. Por essa razão, apresentaram-se todos em conjunto com o ouvidor perante Dom Paulo, de quem, sendo o seu principal, o ouvidor requereu com grande insistência que mandasse executar os prisioneiros dentro de 24 horas e que assinasse a sentença juntamente com eles. Este, à primeira não quis consenti-lo, bem ciente de que estava fora das suas competências, sem ordem do vice-rei de Goa, levantar um processo-crime contra quaisquer pessoas livres, pelo que temia agravos em resultado disso. Porém, pela forte insistência dos mercadores portugueses e pelas muitas complicações que alegavam e apresentavam, acabou por consentir e assinar a sentença.

Assim, no dia seguinte, às sete horas da manhã, vieram buscar à prisão seis dos nossos que não suspeitavam estarem tão perto da morte, os quais enforcaram todos juntos em público, para espectáculo de todos. E uma vez que, como ficou dito, tinham apenas denunciado seis pessoas e sem saber o que fazer do resto, temendo que as suas práticas assassinas e enganadoras se tornassem públicas, tiraram entre a meia-noite e uma hora da manhã mais onze homens da prisão, que atiraram secretamente ao mar com uma pedra atada em volta do pescoço¹. Só eu fiquei atrás na prisão, devido a pedidos de clemência da parte de alguns religiosos, apesar de a minha sentença ser igual à dos outros e eu ter estado prestes a ser tirado da prisão para morrer com os outros.

Na noite seguinte, fui deportado para Malaca juntamente com dois rapazes de dezassete anos, ambos absolvidos pela sua juventude, a bordo do batel capturado que foi alteado com mais uma tábuia e com um peso de 24 libras de ferro rebitado nos meus pés, tendo como hospedaria quatro remos grandes debaixo do céu azul. Isto aconteceu no mês de Novembro do ano de 1601.

Um mês mais tarde, depois de uma próspera viagem, chegámos a Malaca. O governador local, sendo informado por alguns portugueses que tinham feito a viagem no batel connosco da tragédia encenada em

Macau com a nossa gente, temeu que daí não resultaria nada de bom, como mais tarde de facto se veio a verificar. Mandou-me chamar e – tendo uma das suas naus na barra de Macau, à espera de fazer a viagem para Malaca com a primeira monção – quis que lhe dissesse, segundo a minha opinião e em boa verdade, se os navios holandeses esperariam a dita nau para a tomar, prometendo-me pela palavra de el-Rei seu amo que daí não me adviria qualquer agravo. Ao que lhe respondi mais uma vez cortêsmente que eram mercadores enviados por mercadores, dos quais tinham ordem estrita para não esperarem ninguém nem causarem danos a ninguém, pelo que podia assegurar-lhe que não sofreria qualquer mal dos nossos navios. Se estes, porém, ficassem a saber de que maneira traiçoeira se procedera com a sua gente em Macau, seria de temer que fizessem tudo por tudo para vingarem os que padeceram. A isto ele respondeu que eu tinha falado a verdade e que Dom Paulo tinha procedido mal neste caso, e que ainda era um homem novo e que teria agido diferentemente se tivesse tido tantos cabelos brancos como ele tinha na barba. Despedi-me do governador e fui levado à prisão, onde me mantiveram alguns seis dias.

Quando o nosso batel estava provido de tudo, fui de novo levado a bordo e, levantando âncora, seguimos a nossa derrota para Ceilão e daí para Cochim, chegando por fim sem qualquer dano a Goa no mês de Março de 1602. Aí, fui enviado logo por ordem do vice-rei para o colégio dos Jesuítas, onde fiquei hospedado durante alguns dias. Entretanto, o vice-rei e o seu conselho deliberaram como haviam de proceder comigo e ficou decidido suspender o caso, uma vez que ainda não tinham ordem de Sua Majestade para me libertarem e mandarem embora livremente.

Alguns dias depois mandou-me chamar e quando me apresentei e me ajoelhei perante ele o vice-rei perguntou o que tinha levado a nossa gente a vir às terras de Sua Majestade para roubar e sujeitá-las, quando bem sabia que tal era proibido sob pena corporal. Ao que eu respondi que os holandeses antigamente sempre tinham feito a sua navegação e comércio para Portugal em paz e com grande lucro e que aí foram também sempre bem tratados. Mas uma vez que, por ordem de Sua Majestade, desde há alguns anos os nossos navios e mercadorias eram capturados e confiscados em todos os portos e, para além disto, a gente dos navios posta miseravelmente nas galés e acorrentada, tirando assim aos nossos mercadores os negócios com Portugal e a

EUROPEAN ENCOUNTERS AND CLASHES IN THE SOUTH CHINA SEA II

sua prosperidade, os da Holanda viram-se forçados pela mais extrema e premente necessidade a acometer esta lastimosa e longuíssima viagem, não para roubarem e pilharem, mas sim para, como mercadores pios devem fazer, fazerem um trato honesto e sincero com os naturais². Tendo ouvido esta minha justificação, não voltou a falar do assunto, mas apenas de algumas coisas que não merecem menção aqui. Depois, mandou-me levantar e, porque foi informado que eu era um homem honrado e um bom cristão, poupou-me a vida. Pelo que, beijando-lhe os pés, lhe agradei muito submissamente, dizendo que não o esqueceria durante o resto da minha vida. Mas sendo ali um estranho, desprovido de quaisquer meios, roguei ao vice-rei submissamente que me providenciasse meios para o meu sustento com a mesma clemência com que me tinha poupado a vida. O que ele me prometeu, dizendo que assim seria providenciado.

Quando fiquei a saber, porém, que o vice-rei pretendia embarcar-me nuns iates que estavam prontos para navegar rumo a Bantam para reforçar a armada portuguesa que tinha partido de Goa no ano anterior, achei por bem voltar a falar com o vice-rei sobre a minha forma de sustento. Porém, travando conhecimento com alguns mercadores italianos, fui assistido e ajudado pelos mesmos. Quando tinha estado quase nove meses em Goa sem encontrar meios de partir, aconteceu que chegaram aí algumas naus de Portugal, pelo que tive a ousadia de pedir licença ao vice-rei para fazer a viagem até Lisboa nelas. O que me foi autorizado após muita insistência pelo governador e todo o seu conselho. Mas quando o magistrado soube do meu pedido, quis impedi-lo, alegando que seria insensato deixar voltar à sua pátria um holandês que durante tanto tempo andara livremente por Goa, observando bem toda a sua situação e todos os seus segredos. Quando mais tarde ouviu, porém, que tinha recebido o meu passaporte com consentimento de todo o conselho de Sua Majestade e, temendo que nada fariam [para me impedir a partida], desistiu das suas solicitações.

Tendo experimentado como era grande o perigo de lá ficar, embarquei com toda a pressa num iate que estava prestes a fazer-se à vela para Cochim, onde esperei pelas duas naus em que faria a viagem. No mês de Janeiro do ano de 1603 fizemo-nos à vela e, dobrando o Cabo da Boa Esperança, encontrámo-nos à altura de Angola um pequeno navio de 30 *last*³ que, segundo diziam, vinha do Rio de Prata a caminho de Angola. O

capitão perguntou por notícias de Portugal, ao que responderam que não havia nada de especial, a não ser que no ano anterior uma nau tinha sido capturada à força pelos holandeses junto da ilha de Santa Helena, tendo uma parte da tripulação chegado a Pernambuco, com os quais tinham falado. Por isto, avisavam os nossos para terem cuidado e não caírem também nas mãos dos ladrões, procurando essa ilha com boa vigia.

A tripulação, tendo ouvido esta novidade, ficou numa tamanha fúria que me teriam atirado borda fora se não me tivesse posto a salvo, socorrido por alguns fidalgos que logo me esconderam nas suas câmaras. Mas, passada a fúria e sossegada a tripulação pelas boas palavras dos referidos fidalgos, saí do esconderijo depois de algumas horas sem ser molestado. Depois disto seguimos viagem, chegando no mês de Maio à ilha de Santa Helena, onde tomámos refrescos. Levantando âncora, seguimos rumo a casa e por fim chegámos devido a ventos contrários no mês de Setembro à altura de Bayonne, onde entrámos na baía e rumámos a Vigo. Aqui fui entregue pelo capitão ao governador de Bayonne. Este enviou-me imediatamente com quatro soldados para o castelo de Bayonne, ordenando-me que não saísse das portas sob pena de morte. Tendo ficado aí durante uns oito meses sem chegar qualquer resolução de Sua Majestade, foi-me, depois de muitas insistências e implorações, dada licença para voltar à pátria, desde que deixasse ficar o passaporte que o vice-rei me tinha dado. E foi assim que regresssei. Nem dois dias após a minha partida, porém, veio ordem da Corte para me levarem para Valladolid, o que mais tarde soube através de uma carta de Bayonne. Assim foi que Deus Todo-Poderoso me guardou no meu cativeiro até à última hora.

Eu, Martinus Apius, reconheço que o acima escrito foi tudo por mim vivido, estando disponível para, a pedido, dar posterior testemunho ajuramentado. **RC**

A 18 de Outubro do ano de 1604.

Martinus Apius

NOTAS

- 1 De acordo com uma fonte portuguesa, os 17 marinheiros teriam sido supliciados, depois de se terem convertido à fé católica.
- 2 A descrição dos acontecimentos é mais ou menos correcta, pois a União Ibérica veio colocar os holandeses na posição de inimigos de Portugal, quando até então haviam comerciado pacificamente nos portos portugueses.
- 3 Cada *last* equivalia a cerca de 2000 kg.